

## Os Desafios Enfrentados Pelos Empreendimentos Solidários: Um Estudo Na Região Metropolitana De Belo Horizonte - Mg

Antônio Artur de Souza<sup>1</sup>  
Leticia Wolff Ruppim<sup>2</sup>  
Narrayra Granier Cunha<sup>3</sup>  
Jéssica Martins de Freitas<sup>4</sup>

**Resumo:** Os Empreendimentos de Economia Solidária surgiram e se desenvolveram em um ambiente capitalista como uma nova proposta social, com o objetivo de gerar renda de forma igualitária a todos os seus colaboradores. Esses Empreendimentos Solidários preocuparam-se, ainda, com os aspectos de desenvolvimento sustentável local. Diante a importância de se compreender as dificuldades enfrentadas pelas organizações solidárias, o presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória sobre cinco Empreendimentos de Economia Solidária da região metropolitana de Belo Horizonte – MG. E na pesquisa teve por objetivo analisar os principais desafios enfrentados por esses negócios solidários. Constatou-se durante as entrevistas realizadas, que os desafios enfrentados pelos Empreendimentos Solidários são principalmente aqueles relacionados a questões técnicas, gerenciais e jurídicas tais como: rotatividade de força de trabalho; aspectos de gestão considerando formação de líderes e capacidade técnica dos diretores; desafios financeiros e contábeis; e dificuldades na formalização dos Empreendimentos Solidários.

**Palavras-chave:** Empreendimentos Solidários. Economia Solidária. Autogestão.

### 1 Introdução

A partir da década de 1970 e logo após os períodos de desenvolvimento econômico brasileiro, o país enfrentou uma fase de acirrada competitividade e os altos preços praticados pelas empresas, procederam em um elevado número de desempregados. A substituição da mão de obra e a inserção de máquinas resultaram em um número de postos de trabalho reduzidos, na qual “ter um emprego passou a ser um privilégio da minoria” (NASCIMENTO, 2004, p.5). O acelerado mercado capitalista e a alta competitividade tecnológica, atrelada ao momento da referida década levaram ao aparecimento de um trabalho alternativo, gerador de renda e promotor do desenvolvimento sustentável: a Economia Solidária (GAVIRAGHI; GUIMARAES; 2009).

Essa nova economia se apresenta de maneira concreta por meio da produção e da comercialização de bens (ou serviços) oriundos de Empreendimentos Solidários. Estes empreendimentos se formam por meio de um grupo de pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho e buscam novas fontes de renda, com ideais de sustentabilidade,

<sup>1</sup> Ph.D. em Management Science. Professor associado II UFMG. antonioarturdesouza@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Contábeis. Estudante – UFMG. leticiawr@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Administração. Tutora – UFMG. nagranier@hotmail.com.

<sup>4</sup> Graduanda Ciências Contábeis. Estudante – UFMG. J3sk4@hotmail.com.

solidariedade e cooperativismo. Os Empreendimentos Solidários surgem muitas vezes pela necessidade da inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, no qual muitos possuem dificuldades de se adaptar diante das características padronizadas do mercado competitivo. Logo, esses empreendimentos se propõem à geração de renda igualitária, construída na base do cooperativismo (PRADO, 2008).

Entretanto, os Empreendimentos de Economia Solidária enfrentam inúmeros desafios, desde a sua criação até a sua permanência no mercado. Diante desse contexto, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que visou analisar as principais e mais recorrentes dificuldades enfrentadas pelos Empreendimentos Solidários. Essa pesquisa foi desenvolvida em negócios solidários que desenvolvem diferentes atividades na região metropolitana da cidade de Belo Horizonte – MG.

Este trabalho está dividido em cinco seções (incluindo esta introdução). A seção 2 apresenta a revisão de literatura, na qual são contemplados os principais conceitos relacionados com economia solidária e com a gestão de Empreendimentos Solidários. A metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados é apresentada na seção 3. Os resultados contextualizados com a realidade dos entrevistados são apresentados na seção 4. E por fim, tem-se na seção 5 descrevem-se as conclusões da pesquisa, fundamentada nos dados coletados e no contexto dos empreendimentos entrevistados.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Empreendimentos de Economia Solidária

A Economia Solidária, uma nova forma de economia alternativa ao capitalismo, se desenvolveu de acordo com as necessidades da população, e é baseada na solidariedade, na autonomia, na democracia participativa, na igualdade e na equidade. Singer (2000, p.13) afirma que a Economia Solidária “é uma criação em processo contínuo, de trabalhadores em luta contra o capitalismo”, e uma opção econômica, política e ideológica. Nela se destacam: (a) a organização autônoma dos trabalhadores (o trabalho é mais amplo que o assalariamento ou o emprego); (b) a organização produtiva não hierarquizada; (c) formas de produção que não sejam subsidiárias ao modo de produção predominante.

Segundo França Filho (2002) “O termo Economia Solidária identifica atualmente uma série de experiências organizacionais inscritas em uma dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade” (FRANÇA FILHO, 2002). Da mesma forma, Nascimento (2006, p.8) afirma que a Economia Solidária é um

“instrumento de combate à exclusão social na medida em que apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades humanas, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da ética e da solidariedade”.

Singer, citado por Sucupira *et al* (2001), afirma que, ao contrário do capitalismo, a Economia Solidária une capital e trabalho, e por isso, tem caráter revolucionário. Na Economia Solidária, o trabalhador participa ativamente do empreendimento, tem responsabilidades e decisões a tomar, diferentemente do capitalismo, no qual o trabalhador não tem poder nem responsabilidade.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), os Empreendimentos de Economia Solidária têm as seguintes características: (i) são organizações coletivas com participantes do meio urbano ou rural e exercem a gestão

das atividades de maneira coletiva; (ii) são organizações permanentes (incluem os empreendimentos que estão em operação e em processo de implantação); (iii) podem ser ou não formalizados; e (iv) realizam atividades econômicas que podem ser produção de bens, prestação de serviços, comercialização e consumo solidário (FBES,2011).

Razeto (1986) alega que quatro elementos influenciam na formação de Empreendimentos de Economia Solidária. Primeiramente, tem-se a necessidade econômica como consequência do sistema capitalista, que é concentrador e excludente. O segundo componente é o esforço para preservar e criar organizações em meio a uma situação de desintegração, desmobilização e desorientação, que surgiu após a introdução do regime militar, em um contexto de repressão aberta contra o movimento popular e um vácuo de liderança política. O terceiro componente é o movimento de solidariedade e atividades de apoio material e profissional, que trazem um conjunto de recursos, serviços de capacitação e assessoria, colaboração organizativa, espaços de reflexão, cobertura institucional às organizações em formação e em sua evolução, frente a problemas e obstáculos de diferentes tipos. O quarto elemento são as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores preocupados com a crise econômica que afeta política e culturalmente a população, e que procuram caminhos alternativos que surgem a partir de bases populares.

Verifica-se que na Economia Solidária, há autonomia de cada unidade ou empreendimento e igualdade entre os seus membros. Pode-se inclusive afirmar que não há Economia Solidária sem autogestão (NASCIMENTO, 2004). A própria definição de Economia Solidária destaca a coletividade e a autogestão. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) esse tipo de “empreendimento compreende um conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança, etc.) que são organizadas e realizadas por trabalhadores de forma coletiva e autogestionada” (SENAES, 2006, pág. 11).

## ***2.2 Principais atividades desenvolvidas pelos Empreendimentos Solidários***

Segundo a Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social (ITECSOL) são tipos de Empreendimentos de Economia Solidária,: associações, cooperativas de consumo, clubes de troca, redes e complexos cooperativos, entre outras formas de trabalho coletivo (ITECSOL, 2013). Dentre as atividades realizadas por esses empreendimentos, encontram-se:

- Agricultores - buscam produzir sem agredir o meio ambiente;
- Grupos de costureiras, bordadeiras e doceiras - dedicam-se a trabalhos artesanais criativos e de qualidade;
- Cooperativas de catadores de materiais recicláveis - coletam, reciclam e transformam o lixo;
- Comunidades - usam moeda social em seus clubes de trocas;
- Bancos solidários - emprestam dinheiro a juros baixos para financiar outros Empreendimentos Solidários;
- Cadeias de produção solidária - um grupo coopera produzindo e vendendo e outro grupo coopera comprando.
- Pessoas e grupos que trocam entre si aquilo que produzem;

- Trabalhadores que formam Empreendimentos Solidários a partir de suas experiências em outros empreendimentos e em igualdade de condições, são responsáveis pela administração e funcionamento dessas novas organizações, de forma conjunta;

Percebe-se que, independentemente da atividade realizada por esses empreendimentos, há sempre uma preocupação em torno dos Princípios Gerais da Economia Solidária, que se baseiam, segundo FBES (2003): na valorização social do trabalho humano, na satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, no reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, na busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e nos valores da cooperação e da solidariedade.

### ***2.3 Particularidades da gestão dos Empreendimentos Solidários***

O Empreendimento Solidário, como já mencionado, se origina a partir da formação de um grupo de pessoas que tem como objetivo a comercialização de forma rentável, igualitária e que estimule o cooperativismo. Esses empreendimentos formados, por exemplo, por meio de associações e cooperativas necessitam de uma administração e controle sobre as suas atividades.

Como forma de administrar e dar acesso à participação de todos os trabalhadores no Empreendimento Solidário, a autogestão é a maneira encontrada para que ocorra um controle das atividades desenvolvidas, sem que as decisões provenientes desse gerenciamento sejam impostas ou vistas pelos trabalhadores como uma política capitalista, mas, sim, como uma gestão participativa. Dessa forma, define-se autogestão como sendo a organização de um negócio, na qual todos os integrantes deste, possuem “o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas” (VERARDO, 2003, p.60).

Singer, citado por afirma que existem diferenças entre a administração de uma empresa capitalista e uma empresa autogestionária, pois os conflitos ocorrem de maneira menos agressiva e são resolvidos abertamente entre todos os membros do negócio. Outra particularidade da autogestão praticada pelos negócios solidários é transparência e a forma como são dispostas as informações, uma vez que essas estão disponíveis a todos os associados, diferentemente do que ocorre com as demais empresas, nas quais os dados e as informações estão concentrados somente nas mãos dos proprietários do capital.

Entretanto, conforme Miyatake *et al.* (2013) os associados enfrentam a necessidade de mudar o pensamento em relação ao gerenciamento do próprio negócio, na qual muitos deles estão acostumados em receber ordens e não tem autonomia sobre as decisões de uma empresa. Quando inseridos em um empreendimento solidário, eles devem aprender como decidir em determinadas situações (MIYATAKE *et al.*, 2013). Ademais, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos Empreendimentos Solidários está relacionada a própria gestão, ao controle e ao direcionamento desses empreendimentos, (Singer, 2008). Isso ocorre, porque grande parte dos trabalhadores que compõem esses negócios não apresentam conhecimentos nem habilidades suficientes para gerir um negócio de forma eficaz e eficiente.

Em se tratando da administração e do desenvolvimento de um Empreendimento de Economia Solidária, os associados enfrentam problemas como a indisponibilidade de capital para investimento nesses negócios, bem como a dificuldade de aquisição de crédito. Além disso, a falta de conhecimentos específicos em áreas como produção, qualidade e tecnologia, torna o empreendimento muitas vezes debilitado (SINGER, 2003). Um ponto muito importante que deve ser considerado entre os Empreendimentos Solidários é a maneira como o seu crescimento pode afetar na sua essência de cooperativismo. O sucesso do negócio e seu constante desenvolvimento podem levar sua base de solidariedade a desaparecer, quando não autogestionada corretamente, pois nesse momento há a inserção do pensamento capitalista (SINGER, 2003).

Mesmo se tratando de uma autogestão, os Empreendimentos Solidários, assim como as empresas capitalistas, são norteados pela intervenção do Estado, pois é por meio dele que ocorrem as políticas públicas que devem incentivar essa nova economia. Contudo, para que os negócios solidários possam desfrutar de políticas públicas, ter acesso à financiamentos e serem geridas por regulamentação do setor, é necessário sua formalização, pois isso permitirá sua participação em programas de incentivo de desenvolvimento.

#### ***2.4 Formalização dos Empreendimentos Solidários***

O verbo formalizar pode ser compreendido como executar algo, segundo regras e formalidades. Logo, ter um empreendimento formalizado significa que um grupo de pessoas possui, no mínimo, regras e normas estabelecidas e registradas oficialmente.

A informalidade representa um risco para o empreendedor solidário, pois uma organização informal apresentará dificuldades de crescimento, uma vez que não poderá fazer parcerias efetivas, ter acesso às linhas de crédito e ao suporte do governo, além de ficar sob o risco das fiscalizações. Já com a regularização, esses empreendimentos obterão, de acordo com Borinelli (2012, p. 7), “a capacidade de se integrarem ao mercado de consumo formal e, por consequência, de avançarem para patamares mais elevados de desenvolvimento.”

Assim, a formalização é capaz de gerar significativas oportunidades e ganhos para os empreendimentos, pois, dentre vários benefícios, amplia as chances de acesso a crédito, possibilita a emissão de notas fiscais, permite o recebimento de subsídios do governo e favorece a participação em redes de comercialização. Isso porque instituições que vivem em conformidade com as leis e suas especificações apresentam mais segurança jurídica e credibilidade.

Segundo Malassise (2011), entender o cooperativismo e o associativismo enquanto formalização de Empreendimentos Solidários, bem como alternativas de inserção dos estabelecimentos da Economia Solidária no mercado formal, permite perceber que é possível que haja um diálogo entre os Empreendimentos Solidários e o lado formal da economia. Isso ocorre na medida em os Empreendimentos Solidários poderão, então, comercializar seus produtos com as entidades que exijam essa formalização nos processos de compra e venda.



### 3. Metodologia

Com intuito de analisar os principais desafios enfrentados pelos Empreendimentos Solidários, o estudo buscou conhecer 5 (cinco) organizações solidárias na cidade de Belo Horizonte – MG e região metropolitana. Considerando a abordagem do problema desse estudo, a pesquisa apresentou um enfoque qualitativo, pois permitiu ao pesquisador um maior entendimento das particularidades ao descrever situações subjetivas (DIEHL; TATIM, 2004).

Quanto ao objetivo da pesquisa, essa se classificou como exploratória, visto que o tema foi pouco estudado até o momento. Sampieri *et al.* (2006) afirmam que estudos exploratórios servem para estudar fenômenos até então desconhecidos ou pouco estudados, e assim adquirir informações e ter a possibilidade de fazer uma pesquisa completa sobre determinado contexto ou assunto.

Os procedimentos técnicos utilizados durante o estudo foram a pesquisa bibliográfica, apresentando os principais conceitos e características da Economia Solidária, além da pesquisa de campo. Para atingir o objetivo proposto pelo artigo, foram realizadas entrevistas em Empreendimentos de Economia Solidária já formalizados na região metropolitana de Belo Horizonte -MG.

Para essa coleta de dados, utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturado, contendo 34 (trinta e quatro) questões. As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro a outubro de 2013. A coleta desses dados se deu também por meio de observação não participante, na qual o investigador não interagiu com o objeto de estudo. Esse tipo de pesquisa reduz a influência do pesquisador no meio pesquisado e não influencia as respostas. Os dados das entrevistas foram gravados, transcritos e posteriormente analisados.

Os dados adquiridos nas entrevistas possibilitaram a verificação de algumas categorias de análise, sendo uma delas desafios trabalhistas dentro da Organização Solidária, como por exemplo a rotatividade dos colaboradores. Outra variável de análise foi o desafio da gestão dos empreendimentos, em relação à formação de líderes da diretoria e a capacidade técnica desses líderes. Também foram analisados os desafios financeiros e contábeis nessas organizações e as dificuldades que os empreendedores enfrentaram para tornar o empreendimento formalizado.

### 4. Análise e interpretação dos dados

Os dados para o desenvolvimento da pesquisa foram coletados em cinco Empreendimentos Solidários da região metropolitana da cidade de Belo Horizonte – MG, na qual um dos empreendimentos entrevistados tem como atividade principal a confecção de produtos de artesanato e os demais trabalham com a coleta e a separação de produtos recicláveis. As informações coletadas abrangem os desafios em relação: (i) à rotatividade da força de trabalho; (ii) problemas de gestão considerando aspectos gerenciais e de formação de diretoria; (iii) desafios em relação à utilização de informações financeiras e contábeis; e (iv) dificuldades com a formalização dos empreendimentos.

No que tange aos obstáculos de rotatividade da força de trabalho, observou-se que nos Empreendimentos Solidários, principalmente nas organizações que possuem como atividade principal a coleta e separação de material reciclável, a rotatividade dos colaboradores é muito alta. Isso ocorre principalmente devido a fatores relacionados à

conjuntura econômica do mercado num determinado período, ou seja, a produção dos colaboradores está diretamente relacionada ao preço de venda dos produtos.

Cada organização possui o seu horário de funcionamento e atendimento ao público, mas a jornada de trabalho varia de acordo com a disponibilidade de cada colaborador. Verificou-se que, em todos os empreendimentos entrevistados, há uma flexibilidade de horário de trabalho, ou seja, cada colaborador estabelece sua própria jornada. Alguns trabalhadores executam suas atividades em horário integral, outros em turnos alternados, mas verificou-se também que há aqueles que comparecem às organizações somente quando há uma necessidade extrema de geração de renda, ocasionando assim a alta rotatividade.

Tal como apresentado, notou-se que a rotatividade também está muito ligada ao preço de venda dos produtos no mercado, ou seja, quando o preço de venda dos materiais é atrativo, há uma maior presença dos colaboradores nas organizações. Entretanto, quando o valor dos materiais é aquém do esperado pelos colaboradores, a rotatividade se eleva, e em muitos casos há o afastamento temporário por parte desses colaboradores.

Considerando ainda o desafio da força de trabalho, os diretores das organizações entrevistadas mostraram-se preocupados com a continuidade dos trabalhadores e relataram que existe dentro dos empreendimentos a conscientização da importância da previdência, ou seja, dos benefícios que podem resultar do pagamento dessa contribuição, principalmente quando esta possibilita ao trabalhador uma subsistência em caso da perda de sua capacidade produtiva. Entretanto, verificou-se que os colaboradores em geral são imediatistas e se esquecem que a falta dessa contribuição retira o direito da aposentadoria. Além disso, a previdência assegura o direito de recebimento parcial, em caso de acidentes e limitações, e muitas vezes os trabalhadores retornam ao seu trabalho, sem as devidas condições, por não possuir direito à essa licença.

Gerir essas dificuldades dentro da organização é extremamente importante, e cursos de capacitação para os colaboradores que os incentive a continuar na organização, assim como conscientização da importância de se ter uma previdência se tornam fatores relevantes. A alta rotatividade ligada diretamente à necessidade de geração de renda imediata, dificulta o bom funcionamento da organização, visto que os colaboradores que são substituídos por novos trabalhadores necessitam de instrução para iniciarem seu trabalho, e esses treinamentos demandam tempo e reduzem a produção.

Dessa forma, além da dificuldade de se administrar os recursos pessoais das Organizações Solidárias, devido à rotatividade e a divergências de interesses econômicos por parte dos colaboradores, há também desafios no que tange a administração desses empreendimentos. Sua administração é feita por meio da autogestão e muitas vezes os gestores eleitos são colaboradores sem formação técnica.

Diante da falta de conhecimentos técnicos de gestão, notou-se que as organizações não formulam uma perspectiva de crescimento, nem mesmo de desenvolvimento de processos internos, que pode prejudicar a elevação da receita e a inovação em serviços e produtos oferecidos à sociedade. No que se refere à gestão dos Empreendimentos Solidários, verificou-se dois fatores que a influencia: a liderança desses empreendimentos, ligada diretamente à continuidade da diretoria; e a ausência de capacidade técnica dos diretores.

Por se tratar de uma autogestão, a administração do negócio é feita por meio de uma diretoria, formada pelos próprios cooperados que ocupam cargos como presidência, vice-presidência, departamento fiscal e tesouraria, em que o número de diretores variam entre os negócios entrevistados. A eleição dos diretores é feita de forma espontânea e são votados durante a eleição somente os que aceitam se candidatar. Salienta-se que no período de cada mandato varia de empreendimento para empreendimento..

Um dado importante percebido por meio das entrevistas é que existe a preocupação de continuidade de projetos entre um mandato e outro. Em um determinado Empreendimento Solidário, o mandato de uma mesma diretoria já está no décimo ano consecutivo e, segundo os entrevistados, essa diretoria é mantida, pois existe a preocupação de que a mudança de gestores poderia causar a interrupção do desenvolvimento do negócio.

O desafio da gestão ligada à falta de pessoas para liderar os empreendimentos é agravada pela ausência de uma formação concreta para administrar o empreendimento, ou seja, não há capacidade técnica suficiente para a administração desses negócios solidários, o que acarreta na falta de um planejamento da organização, justificando o prolongamento de mandatos e falhas em processos internos. Contatou-se que a ausência de conhecimentos específicos que auxiliem na administração dos negócios prejudica, além da continuidade da diretoria, a administração de atividades e processos internos da organização.

Considerando as atividades existentes dentro dos empreendimentos, constatou-se que somente um dos entrevistados afirmou a existência de separação de atividades entre os colaboradores, ou seja, cada associado possui sua atividade dentro da organização. Notou-se que, nos demais empreendimentos analisados os colaboradores exercem várias funções, prejudicando assim o processo produtivo.

Dessa maneira, a ausência de líderes capacitados dentro das organizações dificulta o seu desenvolvimento. A ausência de conhecimentos científicos acarreta em decisões sem embasamento. Na qual na maioria das vezes, essas decisões são estipuladas pela intuição dos diretores e em seus conhecimentos empíricos. Não há, por parte dos diretores, a preocupação de relatórios financeiros e contábeis como forma de gerenciar o negócio solidário, constatando-se um novo desafio para esses empreendimentos.

Os obstáculos da gestão são acentuados por outros desafios enfrentados, como a ausência de capacidade técnica no que tange os desafios financeiros e contábeis e obstáculos durante a formalização dos Empreendimentos Solidários. A partir dos relatos dos empreendedores solidários, observou-se que alguns dos grandes desafios enfrentados por eles estão relacionados aos aspectos financeiros e contábeis do empreendimento. Com isso, o que se pôde constatar é que a gestão contábil e financeira é um fator de muita importância no processo de administração dos empreendimentos.

É relevante que as organizações possuam controle financeiro sobre as suas atividades, visando utilizar e aplicar de forma adequada os seus recursos. Além disso, é usualmente necessário que os Empreendimentos Solidários busquem na contabilidade informações úteis que auxiliem o processo decisório e o efetivo controle do negócio. Com o intuito de encontrar soluções, os empreendedores buscam o auxílio de instituições financeiras e de contadores, mas nem sempre encontram o que necessitam (com frequência, a contabilidade é vista apenas como um meio de cumprir exigências legais).



Considerando os Empreendimentos Solidários analisados esse problema se torna ainda mais evidente. Notou-se que os empreendedores geralmente não encontram nas informações produzidas o auxílio necessário para a sua tomada de decisão, devido à sua falta de conhecimentos técnicos. Além disso, essa falta de conhecimento pode ser agravada pelo fornecimento de informações não relevantes por parte dos contadores, que desconhecem as necessidades das Organizações Solidárias. Isso se torna um grande desafio para os Empreendimentos Solidários, pois gera impasses que poderiam ser amenizados se tanto os empreendedores quanto os próprios contadores entendessem que, além do dever de cumprir todas as exigências impostas pela Legislação, um dos principais objetivos da contabilidade é facilitar a compreensão das informações contábeis e, com isso, possibilitar a gestão operacional e financeira das organizações.

Atreladas aos desafios de administração de informações contábeis, notou-se que os entrevistados possuem dificuldades no âmbito financeiro no que tange à falta de Capital de Giro (recursos necessários para a manutenção da atividade), que na maioria dos casos resulta da ausência de informações sobre o assunto. Além disso, foi constatado que as organizações analisadas não possuem informações no que se refere à importância do controle eficiente dos fluxos de entrada e saída dos recursos necessários para a produção, além da falta de conhecimento em relação aos créditos bancários e financiamentos, o que resulta num empreendimento com escassez de recursos financeiros.

Além das dificuldades referentes aos aspectos financeiros e contábeis, observou-se que muitos Empreendimentos Solidários enfrentaram desafios quanto à formalização e aos processos burocráticos relacionados a ela, como licenças para o funcionamento, registros de atas das assembleias e taxas a serem pagas, por exemplo. Essas dificuldades também foram proporcionadas pela falta de informações e de conhecimento acerca do assunto.

A impossibilidade de se arcar com os custos e as exigências legais da formalização, bem como a adaptação a essas exigências, a falta de assessoria, ausência de parcerias consistentes e incentivos tributários e fiscais são algumas das principais dificuldades encontradas pelos empreendedores solidários em relação à formalização. Além disso, notou-se que a falta de experiência e capacitação do empreendedor no ramo ou em atividades gerenciais, a escassez de crédito e capital de giro, assim como processos burocráticos, dificultam ainda mais a legalização desses empreendimentos.

Assim, verificou-se a partir das entrevistas, que a formalização dos Empreendimentos de Economia Solidária é uma barreira enfrentada pela grande maioria dos empreendedores, devido aos aspectos legais a serem atendidos. Esse desafio se agrava pela ausência de profissionais capacitados em lidar com essas informações em Empreendimentos Solidários.

## 5. Conclusões

Empreendimentos de Economia Solidária realçam a importância do cooperativismo no desenvolvimento de uma economia alternativa como uma saída às barreiras capitalistas impostas por meio da geração de novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e da inclusão social, resultantes da valorização das relações de cooperação.

A pesquisa descrita no presente artigo analisou os principais desafios enfrentados pelos Empreendimentos de Economia Solidária, a partir da análise das entrevistas realizadas em alguns desses empreendimentos. Constatou-se que essas Organizações Solidárias enfrentam inúmeros desafios. Dessa maneira, os principais e mais recorrentes desafios enfrentados são: (i) rotatividade da força de trabalho; (ii) dificuldades de gestão (ligadas à falta de capacidade técnica e ausência de sucessores líderes na diretoria dessas organizações); (iii) desafios contábeis e financeiros no que diz respeito ao manuseio das informações; e (iv) obstáculos enfrentados durante a formalização dos Empreendimentos Solidários.

Todos os Empreendimentos Solidários analisados apresentaram dificuldades as categorias analisadas. O que pôde facilmente perceber é que a grande maioria desses desafios resulta da falta de informações úteis, principalmente pelo fato de os empreendedores não terem conhecimentos técnicos e capacitação profissional para lidar com essas informações.

Além disso, a dificuldade de aquisição de financiamentos e créditos bancários resultantes tanto da falta de conhecimento quanto da própria informalidade do empreendimento se torna também um grande obstáculo para esses empreendedores solidários. Observou-se que essas dificuldades financeiras ocorrem devido à deficiente administração dos recursos financeiros e à falta de planejamento efetivo. Ademais, a ausência de perspectiva de crescimento e a falta de controle tanto dos recursos materiais quanto dos recursos humanos dos Empreendimentos Solidários, resultam na alta rotatividade de colaboradores, vista pelos entrevistados como um grande desafio no âmbito da gestão.

A capacitação técnica e profissional dos empreendedores é um fator essencialmente importante para todo e qualquer empreendimento. Saber gerir os recursos sejam eles financeiros, materiais ou humanos proporciona ao empreendimento uma manutenção eficaz das suas atividades. Entretanto, os Empreendimentos Solidários, em sua grande maioria, não apresentam esse tipo de capacitação necessária para uma boa administração do seu negócio.

Sugere-se, então, novos estudos na área de Economia Solidária, em que sejam abordados Empreendimentos Solidários não formalizados, com intuito de comparar as dificuldades entre as organizações informais e formais. Além disso, sugere-se também pesquisas em Empreendimentos Solidários de diferentes atividades.

### **Referências**

A Economia Solidária no Brasil. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em:

<[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57)>. Acesso em 11 de setembro de 2013.

BORINELLI, B.; GONÇALVES, D. M.; DUTRA, I. S.; SOUZA, L. M. L.; FERREIRA, T. E. S. Avanços e limites da política pública de Economia Solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do programa municipal de Economia Solidária de Londrina – Paraná. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Número 167, 2012. Disponível em <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>>. Acesso em 11 de setembro de 2013.

DIELH, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Carta de princípios da Economia Solidária**. Junho de 2003, III Plenária Nacional da Economia Solidária. Disponível em <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)>. Acesso em 13 de setembro 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, Economia Solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Vol. 4, n. 7, jan. 2002.

GAVIRAGHI, F. J.; GUIMARAES, G. T. D. **Empreendimentos de Economia Solidária: limites e possibilidades**. Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em <[http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV\\_MOSTRA\\_PDF/Servico\\_Social/71965-FABIO\\_JARDEL\\_GAVIRAGHI.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Servico_Social/71965-FABIO_JARDEL_GAVIRAGHI.pdf)>. Acesso em 14 de setembro de 2013.

ITECSOL. **O que são Empreendimentos de Economia Solidária?**. Disponível em <<http://www.projetos.unijui.edu.br/cidadania/itecsol/index.php/o-que-sao-empreendimentos-de-economia-solidaria>>. Acesso em 12 de setembro de 2013.

MALASSISE, R. L. S. Princípios Cooperativistas: uma reflexão sobre oportunidades e desafios no contexto da Economia Solidária. **Facesi em Revista** – Vol. 3, n. 2 – 2011. Disponível em <<http://www.facesi.edu.br/facesiemrevista/downloads/numero6/artigo05.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2013.

MIYATAKE, A. K.; TANAKA, T. Y.; ONO, M. E.; ROCHA, C. S.; MUNHOZ, T. R.; OKADI, K. L.; IGUCHI, M. M.; CANEZIN, J. C. **Autogestão de Empreendimentos Solidários: Relatos de experiências de incubação e soluções encontradas pela Unitrabalho/UEM**. Disponível em <<http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/pdf10.pdf>>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

NASCIMENTO, C. **A Autogestão e o “novo cooperativismo”**. Brasília, 2004. Disponível em <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog\\_autogestaooperativismo.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaooperativismo.pdf)>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

NASCIMENTO, E. R. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília – Julho de 2006.

PRADO, T. **Economia solidária: futuro do desenvolvimento?**. [S.l.]. 2008. Disponível em <[http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo\\_282947.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_282947.shtml)>. Acesso em 14 de setembro de 2013.

RAZETO, L. **Economia popular de solidaridad: identidad y projectoen una visión integradora**. Santiago: Area Pastoral Social de la Conferencia Episcopal de Chile, 1986.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F., LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: TEM, Senaes, 2006.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, P. **Economia Solidária**. São Paulo, 2008. Vol. 22. nº 62. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext)>. Acesso em 12 de setembro de 2013.

VERARDO, L. **Economia Solidária e Autogestão**. [S.l.] 2003. Disponível em <<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/luigiverardo98.pdf>>. Acesso em 13 de setembro de 2013.